

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, setembro de 2016, número 105. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Semiárido paraibano e a questão agrária: mudanças e perspectivas.

ARTIGO DO MÊS

As possibilidades de construção de resistências usando arte com sementes: apontamentos sobre a experiência do MST.

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

**Congresso Brasileiro do Centenário da Guerra do Contestado – CBCGC
“Reconhecimento do crime de genocídio, direito à vida e à existência futura”.**

UEL/Londrina – Paraná, 04 a 07 de outubro de 2016.

IV Jornada de Pesquisas Sobre a Questão Agrária no Paraná

UNIOESTE /Marechal Cândido Rondon – Paraná, 13 a 15 de novembro de 2016.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Campo - Território: revista de geografia agrária. v. 11, n. 23. Jul (2016): Edição Especial: Land grabbing.
Autores: Vários.

A presente edição da revista lança luz a importantes elementos que compõem a Questão Agrária brasileira: o Land Grabbing ou Grilagem/Estrangeirização de terras. Para baixar:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/view/1380>.



Sementes de Angelim.
Produção: Fabíola Melca.

O filme trata a experiência de Retomada Quilombola da terra em curso na comunidade de Angelim, município de Conceição da Barra, Espírito Santo. As imagens mostram como a prática agroecológica torna possível a transição do monocultivo de eucalipto para a produção de alimentos. Para ver: <https://www.youtube.com/watch?v=fvkBZeWpG2E>.



PodCast Unesp – Pod Territorial.
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira, Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Revisão: Juliana G. B. Mota, Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

SEMIÁRIDO PARAIBANO E A QUESTÃO AGRÁRIA: MUDANÇAS E PERSPECTIVAS**Emilia de Rodat Fernandes Moreira**Professora da UFPB
Coordenadora do Dataluta-PB
Coordenadora do GETEC/UFPB
erodat@hotmail.com**Ivan Targino**Professor da UFPB,
Membro do GETEC/UFPB
ivantargino@bol.com.br

No Brasil, a região semiárida tem sido ao longo do tempo objeto de várias regionalizações, cada uma delas voltada para atender uma finalidade específica. Dentre essas destacamos a que delimita a região semiárida de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) uma vez que tem sido foco de várias políticas públicas.

A região semiárida de atuação da SUDENE abrangia inicialmente, além dos estados do Nordeste, o trecho do estado de Minas Gerais incluído no Polígono das Secas. Ela sofreu várias alterações e é constituída atualmente por 1.133 municípios, o que corresponde a 56,96% do total dos municípios de atuação da SUDENE, dos quais 1.048 acham-se distribuídos pelos estados nordestinos do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia e 85 ao norte do estado de Minas Gerais perfazendo uma área de 982.563,3 km² (Quadro 1 e Mapa 1).

Quadro 1
Quantidade de municípios do Semiárido na área de atuação da SUDENE

Estado	Qtd. municípios na área de atuação da SUDENE	Qtd. municípios dentro do Semi-árido	Qtd. municípios fora do Semi-árido
Maranhão	217	0 (0,00%)	217 (100,00%)
Piauí	223	127 (56,95%)	96 (43,05%)
Ceará	184	150 (81,52%)	34 (18,48%)
R. G. do Norte	167	147 (88,02%)	20 (11,98%)
Paraíba	223	170 (76,23%)	53 (23,77%)
Pernambuco	185	122 (65,95%)	63 (34,05%)
Alagoas	102	38 (37,25%)	64 (62,75%)
Sergipe	75	29 (38,67%)	46 (61,33%)
Bahia	417	265 (63,55%)	152 (36,45%)
Minas Gerais	168	85 (50,60%)	83 (49,40%)
Espírito Santo	28	0 (0,00%)	28 (100,00%)
Total	1.989	1.133 (56,96%)	856 (43,04%)

Fonte: <http://www.sudene.gov.br/site/extra.php?cod=130&idioma=ptbr#>

Essa nova delimitação do semiárido de atuação da SUDENE foi definida com base num estudo realizado por um grupo de trabalho interministerial (GTI), criado pelo Ministério da Integração Nacional - MI

e pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, “com a finalidade específica de apresentar estudos e propostas de critérios para redefinir a região semiárida brasileira, visando a orientação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da região (em particular o Fundo Constitucional de Financiamento – FNE).” (SANTANA, 2007: p.24).

Mapa 1
Nova delimitação do semiárido de atuação da SUDENE



Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2005.

Dentro desta nova delimitação, a região semiárida paraibana passou a ser composta por 170 municípios que se estendem por 48.657 km² (o que representa 86% do total do território estadual) abrangendo as Mesorregiões do Sertão Paraibano e da Borborema e parte da Mesorregião do Agreste Paraibano, como pode ser observado no Mapa 2.

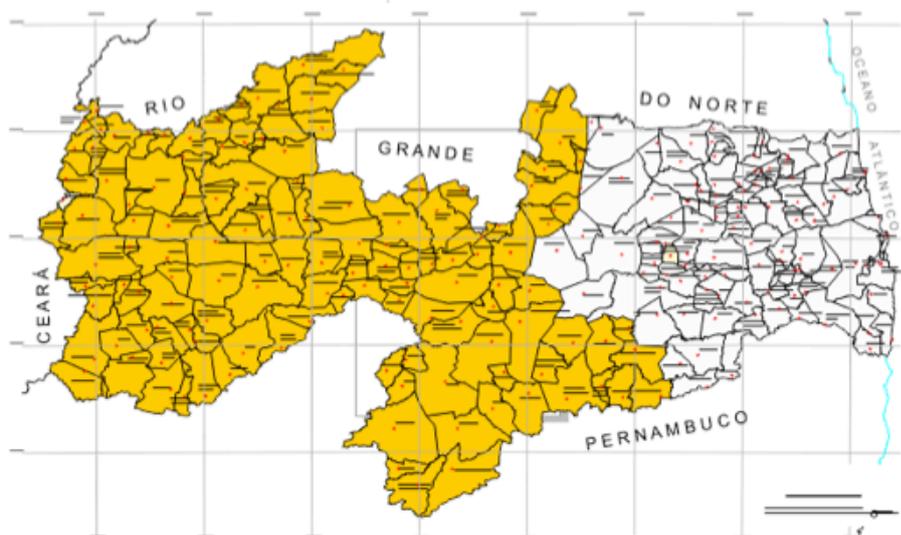
Mapa 2
Delimitação atual oficial do semiárido paraibano



Fonte: <http://www.sudene.gov.br/site/extra.php?cod=130&idioma=ptbr>

Este trabalho aborda a porção do semiárido paraibano conhecida tradicionalmente como região sertaneja ou espaço sertanejo, composta pelas Mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano (Mapa 3).

Mapa 3
Os espaços semiáridos das Mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano



Fonte: <http://www.sudene.gov.br/site/extra.php?cod=130&idioma=ptbr>. Elaboração: Moreira, 2016.

Deixamos de lado o semiárido agrestino pelo fato da dinâmica histórica da sua questão agrária diferir fortemente daquela observada nas regiões do semiárido que escolhemos como objeto de observação (MOREIRA e TARGINO, 1997).

SEMIÁRIDO PARAIBANO: A QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XXI

As Mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano, do ponto de vista ambiental, apresentam uma série de limites ao desenvolvimento da agropecuária. Nelas, até a primeira metade dos anos 80 do século XX, não se tem notícia de conflitos agrários tais como os que se desenvolveram nas regiões do Agreste e da Mata. Os saques, durante as secas prolongadas, eram os conflitos que alcançavam repercussão.

A explicação para essa pseudo “paz” no campo tem a ver com três fatores principais: a forma de organização da produção e do trabalho regional, o predomínio do latifúndio e a atuação conservadora da hierarquia eclesiástica das dioceses de Cajazeiras e Patos.

No que tange à organização da produção e do trabalho, até 1985, malgrado o avanço do pasto plantado, de algumas melhorias técnicas na atividade pecuária e da instalação de quatro perímetros irrigados, ainda predominavam na região relações de trabalho não tipicamente capitalistas como a parceria e o arrendamento. Tais relações de trabalho tinham sustentação na forma de organização da produção pautada no complexo gado-algodão-policultura alimentar que se manteve sem grandes alterações desde o período colonial até a primeira metade dos anos 70 do século XX.

O foreiro e o parceiro tinham acesso mesmo que precário à terra e a uma renda monetária oriunda da venda de uma parte do algodão que produziam em consórcio com a agricultura de alimentos. Por sua vez, a renda fundiária paga pelos camponeses ao fazendeiro transformava-se em renda capitalizada da terra para aqueles, garantindo-lhes a posse e o domínio sobre longas extensões de terra.

O vaqueiro era um tipo de parceiro diferenciado, pois além do direito a um pedaço de terra para cultivar um roçado e a construir uma casa, tinha uma remuneração, via de regra, correspondente a quarta parte dos bezerros nascidos, no sistema conhecido como quarteação (ANDRADE, 1986; MOREIRA e TARGINO, 1997).

A produção do espaço sertanejo paraibano, portanto, embora já subordinada à lógica do capital, se dava com base no latifúndio e na utilização de formas de trabalho não tipicamente capitalistas. Como bem o diz Martins (1981), o capitalismo, em seu desenvolvimento, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, como engendra relações não tipicamente capitalistas contraditoriamente necessárias a essa reprodução. Porém, esse processo tem um limite. No caso do semiárido paraibano, este limite surge a partir dos anos 70 com o avanço do capital sobre a atividade agropecuária, porém se agudiza em 1983, quando a praga do bicudo atinge a produção de algodão e destrói a lógica que permitia a acumulação de capital através da extração da renda fundiária pré-capitalista.

Ora, se a fonte de extração da renda fundiária, que mantinha até a segunda metade do século XX quase sem alteração a forma de organização da produção e do trabalho camponês da região estudada deixa de existir, tem-se o fim da acumulação da renda capitalizada da terra. Para garantir a propriedade e o controle sobre a terra o fazendeiro irá buscar outras formas de acumulação através principalmente da expansão e diversificação da atividade pecuária e do abandono da terra para fins especulativos futuros.

O camponês, que viveu através de gerações na condição de parceiro ou foreiro, dentro da terra de terceiros, pagando a renda da terra com algodão ou com o recurso monetário que obtinha com a venda do

mesmo, é expulso da terra, indo morar nas periferias das cidades ou ao longo das rodovias, dando origem a vilarejos.

É gritante a mudança observada entre 1980 e 1996 na distribuição da população segundo o domicílio no semiárido paraibano. Enquanto no Agreste e na Zona da Mata a transferência da população do campo para a cidade se deu de forma mais expressiva em termos relativos na década de 70, é na década de 80, notadamente a partir de 1985, que esse fato se intensifica no semiárido.

De fato, estudo realizado por Targino e Moreira (2000), identificou que as microrregiões localizadas nas mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano registraram as maiores taxas de decréscimo da população rural entre 1991 e 1996. Os autores detectaram que das onze microrregiões que compõem essas duas mesorregiões, nove apresentaram taxa de decréscimo da população rural superior à média estadual, com destaque para a microrregião do Seridó Ocidental, cuja população rural reduziu-se a um ritmo de 7,6% ao ano durante o período.

Numa região altamente vulnerável do ponto de vista natural, com cidades sem nenhum suporte de emprego urbano para a população migrante, parcela dos camponeses expropriados passou a compor um extrato da população urbana que para se reproduzir é obrigada a vender sua força de trabalho seja no campo seja nas cidades. O empobrecimento dessa parcela da população e a ausência de uma infraestrutura de emprego, sobretudo nas cidades com menos de 50 mil habitantes da região, tem tido como consequência a formação de um exército industrial de reserva que, para sobreviver, se sujeita a todo tipo de trabalho. É o caso dos chamados “rendeiros” (migrantes temporários que viajam pelo Brasil vendendo porta a porta) e dos migrantes temporários para as regiões de perímetro irrigado do São Francisco, para o corte da cana, a colheita da laranja em São Paulo e para trabalhar na construção civil nos maiores centros urbanos do estado (SILVA, 2006).

O desemprego, a pobreza e a falta de perspectiva levaram camponeses da região, no final dos anos de 1980, a procurar a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para organizá-los e apoiá-los na luta por terra e água. Posteriormente, já na virada do século XXI, o MST e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura¹ com seus Sindicatos também passaram a atuar no semiárido.

Essa conjugação de esforços dos movimentos sociais e da Igreja Católica (através da CPT) junto aos camponeses sem terra sertanejos deu origem a mais de 100 conflitos de terra caracterizados principalmente pela luta de ocupação que irá originar 101 Áreas de Assentamento Rural, onde foram assentadas 4.253 famílias camponesas (aproximadamente 17 mil pessoas) (DATALUTA – PB, 2015).

A grande maioria desses assentamentos (excetuando-se apenas os mais novos) foi contemplada com algumas políticas públicas estruturantes criadas nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff a partir de demandas das bases tais como: a política “Luz para todos”; o “Programa de Um milhão de Cisternas” e muitas outras que utilizaram a Articulação do Semiárido (ASA) como organismo de disseminação e implantação.

A ASA - Brasil, ou Articulação do Semiárido é um fórum híbrido que congrega mais de 1000 entidades, sendo constituída na sua maioria por organizações de base comunitária (59%); sindicatos de

¹ A atuação da FETAG-PB na questão agrária ocorre na segunda metade do governo FHC, inserindo-se na proposta da “reforma agrária de mercado” com o lançamento dos programas Cédula da Terra e Banco da Terra.

trabalhadores rurais (21%), entidades ligadas à Igreja católica (11%), ONG's (6%) e cooperativas de trabalho (3%) (NOGUEIRA; DUQUE, 1998, p.118). É, sem dúvida, a maior rede de organizações da sociedade civil do semiárido brasileiro voltada para trabalhar em prol do desenvolvimento do semiárido.

A ação da ASA dá-se em várias frentes: visa a convivência da agricultura familiar com o semiárido, mediante tecnologias apropriadas na linha do manejo racional dos recursos hídricos (cisternas, barragens subterrâneas, tanques de pedra, canteiros econômicos, aproveitamento das águas usadas, etc.) e via agroecologia (reflorestamento, manejo da biodiversidade, plantio direto, adubos orgânicos, etc.). Ainda favorece a consciência política, a autonomia e o empoderamento dos agricultores familiares mediante intercâmbios, valorização do saber camponês e circulação de informações, e assim enfrenta o poder do coronelismo; e finalmente incentiva todas as formas de expressão cultural, devolvendo ao semi-árido a vida em todas suas dimensões (NOGUEIRA e DUQUE, 1998, p.118).

Para além dessas ações, a ASA-Paraíba tem favorecido também o desenvolvimento de políticas públicas com base na disseminação de tecnologias sociais de convivência com o semiárido, a exemplo do resgate das sementes crioulas contribuindo, conseqüentemente, para a preservação da biodiversidade, através dos Bancos de Sementes Comunitários (BSC). As “sementes da paixão” (ou sementes crioulas) como são chamadas na Paraíba são hoje “reconhecidas oficialmente como sementes da mesma forma que as sementes certificadas, compradas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e admitidas para aquisição de sementes financiadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)” (NOGUEIRA e DUQUE, 1998, p.118).

Tais ações diretamente favorecidas por políticas públicas objetivam impulsionar um desenvolvimento rural do semiárido que se contraponha à cultura secular da subalternidade que predominou na região e que tem como princípio o crescimento do empoderamento de uma agricultura camponesa consciente de seu papel na luta contra o capital e na preservação do meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento político atual, as medidas já tomadas pelo governo Temer pautadas no argumento de “enfrentamento do déficit econômico” tais como: a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); o bloqueio dos recursos orçamentários de 2016 do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que, como bem o diz Patrus Ananias², além de unificar todos os movimentos sociais ligados ao campo no Brasil, ainda garante um preço justo ao agricultor familiar e atende às pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar; a paralização do Plano Safra 2016/2017; a extinção da faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, destruindo a possibilidade de construção de 40 mil moradias no campo em 2016; a retirada de todos os recursos de apoio ao cooperativismo no âmbito da reforma agrária, representam o desmonte das políticas públicas voltadas para a agricultura de base familiar que atingem fortemente os camponeses do semiárido submetidos a quatro anos de seca e com previsão de mais um ano seco pela frente.

² Entrevista publicada pelo MST, disponível em: <http://www.mst.org.br/2016/09/03/acoes-de-temer-mostram-total-descompromisso-com-a-reforma-agraria-no-brasil-destaca-patrus.html>

Em regiões de elevada vulnerabilidade como o semiárido, tais medidas representam não só um retrocesso no processo de resgate da cidadania e do direito à vida dos agricultores sertanejos, mas e, sobretudo a usurpação de direitos conquistados através de muita luta e que são essenciais à sobrevivência e recriação camponesa.

Diante da realidade exposta resta a esperança, a qual, “enquanto necessidade ontológica precisa da prática para tornar-se concretude histórica” (PAULO FREIRE, 1992, não paginado). Como acreditamos que “não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura que vira, assim, espera vã” (PAULO FREIRE, 1992, não paginado), urge a reorganização e radicalização da luta dos povos do semiárido, unidos a todos os trabalhadores do Brasil, para que se alcance “a esperança enquanto concretude histórica” que representa no momento a volta da democracia e a consequente preservação dos direitos e realização de reformas fundamentais ao país, dentre as quais se destaca a reforma agrária.

REFERÊNCIAS

DATALUTA – PB. **Relatório Dataluta Paraíba**, 2014. João Pessoa/Presidente Prudente: NERA/GETEC, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Nova delimitação do semi-árido brasileiro. Brasília: MIN, 2005. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/download/download.asp?endereco=/pdf/desenvolvimentoregional/cartilha_delimitacao_semi_arido.pdf&nome_arquivo=cartilha_delimitacao_semi_arido.pdf>. http://www.mi.gov.br/download/download.asp?endereco=/pdf/desenvolvimentoregional/cartilha_delimitacao_semi_arido.pdf&nome_arquivo=cartilha_delimitacao_semi_arido.pdf

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da Paraíba, 1997.

NOGUEIRA, Francisco R.B.; DUQUE, Ghislaine. Caminhos do desenvolvimento sustentável no semi-árido brasileiro: agricultura familiar e transição agroecológica. In MOREIRA, Emilia (Org.) **Agricultura familiar e desertificação**. João Pessoa: Editora Universitária, 1998.

SILVA, Marcelo Saturnino da. **Entre o bagaço da cana e a doçura do mel**: Migrações e as identidades da juventude rural. Campina Grande: UFPB – **Dissertação**. Mestrado em Sociologia. Universidade Federal da Paraíba, 2006.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. Formas de sujeição e sociabilidade camponesa no semiárido. Revista: **Boletim Goiano de Geografia**, v. 35, n. 2, 2015.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia. Êxodo rural na Paraíba: análise do período 1991/96. In: FREITAS, Taís de. (Org.). **Dinâmica populacional das regiões Norte e Nordeste: questões atuais e emergenciais**. Recife: Massangana, 2000, v. 1, p. 83-105.